Revista Brasileira de História das Religiões

ISSN 1983-2850

SÃO LUÍS-MA | VOLUME 19 | NÚMERO 56 | MAIO-AGOSTO 2026

CHAMADA TEMÁTICA | A Companhia de Jesus e a tradução dos saberes e conhecimentos indígenas no contexto colonial americano. Séculos XVI e XVIII

https://doi.org/10.18764/1983-2850v19n56e29480

Saberes medicinais indígenas nas narrativas do padre Anselm Eckart (1753-1785)

Karl Heinz Arenz
Doutor em História Moderna e Contemporânea.
Professor titular na Universidade Federal do Pará (UFPA).

http://lattes.cnpq.br/0770998951374481

https://orcid.org/0000-0001-9500-3666

karlarenz@ufpa.br

Gabriel Prudente
Doutorando em História (UFPA).
Professor na rede pública municipal de Belém do Pará.

http://lattes.cnpq.br/3713433188273009

https://orcid.org/0000-0001-5462-0369

gabrielprudente1@yahoo.com.br

RECEBIDO | 27 abr. 2026 – APROVADO | 19 out. 2026

Resumo | O artigo analisa os registros do jesuíta alemão Anselm Eckart acerca das práticas terapêuticas indígenas na Amazônia portuguesa do século XVIII, com ênfase nos usos medicinais de plantas e animais. A pesquisa fundamenta-se nos "Aditamentos" (1785) e nos manuscritos conhecidos como "Papeis do P. Ancelmo Eschard", produzidos após sua experiência missionária no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757. A partir do conceito de "intermediário", proposto por Alida Metcalf, o estudo interpreta Eckart como mediador representacional dos saberes amazônicos, ao mesmo tempo em que evidencia o papel dos indígenas como interlocutores fundamentais na transmissão de conhecimentos terapêuticos ancestrais. Metodologicamente, o artigo articula análise documental e revisão historiográfica sobre ciência jesuítica, mediação cultural e História Natural na América colonial. Os resultados demonstram que os registros do missionário incorporam informações indígenas relativas ao tratamento de febres, dores, disenterias e envenenamentos mediante o uso de espécies vegetais e animais amazônicos. Argumenta-se que tais escritos revelam simultaneamente a dependência europeia dos saberes indígenas para a sobrevivência no ambiente amazônico e os mecanismos coloniais de apropriação e sistematização desses conhecimentos no contexto da ciência setecentista. Conclui-se que a produção textual jesuítica sobre a Amazônia constituiu-se por meio de intensas relações de mediação cultural, marcadas pela invisibilização dos sujeitos indígenas enquanto detentores dos conhecimentos registrados.
Palavras-chave: saberes indígenas; jesuítas; História Natural; Amazônia colonial.

Indigenous Medical Knowledge in the Narratives of Father Anselm Eckart (1753-1785)

Abstract | This article analyzes the records of the German Jesuit Anselm Eckart concerning Indigenous therapeutic practices in eighteenth-century Portuguese Amazonia, with particular emphasis on the medicinal uses of plants and animals. The research is based on the *Aditamentos* (1785) and the manuscripts known as *Papeis do P. Ancelmo Eschard*, produced after Eckart's missionary experience in the State of Grão-Pará and Maranhão between 1753 and 1757. Drawing on the concept of the "go-between," proposed by Alida Metcalf, the study interprets Eckart as a representational mediator of Amazonian knowledge, while also highlighting the role of Indigenous peoples as fundamental interlocutors in the transmission of ancestral therapeutic knowledge. Methodologically, the article combines documentary analysis with a historiographical review on Jesuit science, cultural mediation, and Natural History in colonial America. The results demonstrate that the missionary's records incorporated Indigenous information regarding the treatment of fevers, pain, dysentery, and poisoning through the use of Amazonian plant and animal species. It is argued that these writings simultaneously reveal the European dependence on Indigenous knowledge for survival in the Amazonian environment and the colonial mechanisms of appropriation and systematization of such knowledge within the context of eighteenth-century science. The article concludes that Jesuit textual production on Amazonia was constituted through intense processes of cultural mediation, marked by the invisibilization of Indigenous subjects as the holders of the recorded knowledge.
Keywords: indigenous knowledge; jesuits; Natural History; colonial Amazonia.

Savoirs médicinaux indigènes dans les récits du père Anselm Eckart (1753-1785)

Résumé | Cet article analyse les écrits du jésuite allemand Anselm Eckart concernant les pratiques thérapeutiques indigènes dans l'Amazonie portugaise du XVIIIe siècle, en mettant particulièrement l'accent sur les usages médicinaux des plantes et des animaux. La recherche s'appuie sur les *Aditamentos* (1785) ainsi que sur les manuscrits connus sous le titre de *Papeis do P. Ancelmo Eschard*, rédigés après l'expérience missionnaire d'Eckart dans l'État du Grão-Pará et Maranhão entre 1753 et 1757. En mobilisant le concept de *go-between*, proposé par Alida Metcalf, l'étude interprète Eckart comme un médiateur représentationnel des savoirs amazoniens, tout en soulignant le rôle des peuples indigènes comme interlocuteurs fondamentaux dans la transmission des connaissances thérapeutiques ancestrales. Sur le plan méthodologique, l'article combine l'analyse documentaire avec une revue historiographique portant sur la science jésuite, la médiation culturelle et l'Histoire naturelle dans l'Amérique coloniale. Les résultats démontrent que les écrits du missionnaire incorporaient des informations indigènes relatives au traitement des fièvres, des douleurs, de la dysenterie et des empoisonnements par l'utilisation d'espèces végétales et

animales amazoniennes. Il est soutenu que ces textes révèlent simultanément la dépendance européenne à l'égard des savoirs indigènes pour la survie dans l'environnement amazonien ainsi que les mécanismes coloniaux d'appropriation et de systématisation de ces connaissances dans le contexte de la science du XVIIIe siècle. L'article conclut que la production textuelle jésuite sur l'Amazonie s'est constituée à travers d'intenses processus de médiation culturelle, marqués par l'invisibilisation des sujets indigènes en tant que détenteurs des savoirs enregistrés.
Mots-clés : savoirs indigènes; jésuites; Histoire naturelle; Amazonie coloniale.

Introdução

O conhecimento sobre o mundo natural luso-americano e as sociedades indígenas, com seus saberes ancestrais, foi sintetizado em documentos de diferentes tipologias durante o período colonial. Conquistadores, autoridades, viajantes e missionários produziram mapas, gravuras, cartas, relatórios, crônicas, memórias e sínteses históricas, construindo representações imagéticas e textuais das realidades com que se depararam. A partir de referenciais culturais, científicos e religiosos, os europeus que circularam pela América portuguesa descreveram suas características geográficas, étnicas, minerais, botânicas e zoológicas. No Estado do Grão-Pará e Maranhão[1], a flora e a fauna da vasta floresta amazônica, atravessada por rios, lagos e igarapés, foram objeto de múltiplas descrições naturalistas. Antes mesmo do avanço colonizador português na região, iniciado no primeiro quartel do século XVII, diversos conquistadores e religiosos ibéricos já produziam relatos sobre a natureza e as sociedades indígenas, buscando apoio político e financeiro para novas expedições (Ugarte, 2009). Com a progressiva expulsão dos principais concorrentes dos portugueses – holandeses, castelhanos, franceses e ingleses – do vale amazônico, intensificaram-se as descrições da natureza regional, sobretudo por iniciativa dos missionários.

Embora a Amazônia portuguesa contasse com religiosos de diversas ordens, os jesuítas destacaram-se na catequese indígena, estabelecendo uma ampla rede de aldeamentos, sobretudo a partir de 1653, sob a direção do padre Antônio Vieira (Arenz; Silva, 2012). A consolidação das missões foi acompanhada pela produção sistemática de textos que, além de descreverem a região, constituíam instrumentos de conhecimento e controle, registrando aspectos geográficos, botânicos e zoológicos da região tropical, bem como características físicas, culturais e religiosas dos povos indígenas. Os escritos do padre luxemburguês João Felipe Bettendorff, no século XVII, e de seu confrade português João Daniel, no XVIII, figuram entre as obras jesuíticas mais conhecidas, reunindo informações substanciais sobre a flora e a fauna amazônicas[2]. Uma característica recorrente dessas descrições é a perspectiva utilitarista da natureza, que as aproxima dos relatos produzidos pelos primeiros jesuítas que atuaram no Estado do Brasil na segunda metade do século XVI (Assunção, 2000, p. 40).

A atuação inaciana no Estado do Grão-Pará e Maranhão estendeu-se até 1759, quando os jesuítas perderam a administração dos aldeamentos e foram expulsos dos domínios portugueses. A maioria dos padres foi encarcerada em Portugal, no contexto das reformas metropolita-

[1] Criado em 1621, com a designação de Estado do Maranhão, esta colônia ao norte da América portuguesa constituiu uma entidade administrativa à parte até meados dos anos 1770 (Chambouleyron, 2014).

[2] João Felipe Bettendorff (1625-1698) atuou durante 37 anos na Amazônia, destacando-se como superior e cronista (Bettendorff, 1990). João Daniel (1722-1776) viveu 16 anos na região, revelando-se um atento observador tanto das potencialidades naturais quanto dos saberes e práticas dos indígenas (Daniel, 2004).

nas de inspiração ilustrada promovidas durante o reinado de D. José I, por iniciativa do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal (Falcon, 1982; Maxwell, 1996; Souza Junior, 2012). Mesmo após a expulsão, alguns religiosos continuaram a redigir obras memorialísticas sobre o mundo natural americano, para além dos textos apologéticos destinados a defender a ordem das acusações que lhe eram dirigidas. Após a destituição de Pombal, em 1777, alguns antigos missionários libertados dos cárceres conseguiram publicar seus escritos. Entre eles estava o padre alemão Anselm Eckart, que tinha atuado no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757. Embora suas memórias sejam conhecidas pela historiografia e tenham sido traduzidas para o português (Eckart, 1987), outros textos de sua autoria, impressos e manuscritos, ainda carecem de análises mais aprofundadas[3]. Essa produção relativamente desconhecida aborda principalmente questões linguísticas, naturalistas e etnográficas, com base, em grande medida, nos conhecimentos ancestrais indígenas.

Entre as possibilidades de investigação dos escritos de Eckart, este artigo analisa os conhecimentos e as práticas curativas indígenas, com especial atenção ao uso de plantas e animais amazônicos. Serão examinados dois documentos. O primeiro, intitulado "Aditamentos", reúne observações históricas, naturalistas, etnológicas e linguísticas sobre a Amazônia, redigidas por Eckart a pedido do polímata e publicista Christoph von Murr e publicadas em Nuremberg, em 1785. Neste estudo, utiliza-se a tradução da antropóloga Thekla Hartmann, incluída na coletânea organizada pelo zoólogo Nelson Papavero e pelo historiador Antonio Porro (Eckart, 2013, p. 54-120).

O segundo documento é uma lista, em latim, com informações médicas, botânicas e zoológicas, integrante de uma pasta de manuscritos avulsos, sem numeração ou data, intitulada genericamente "Papeis do P. Ancelmo Eschard". Os documentos foram apreendidos em 1759, quando o missionário já estava encarcerado em Portugal havia mais de um ano. A pasta original encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal (Papeis, s.d.). Para esta análise, utiliza-se a tradução da lista feita pelo linguista Abner Chiquieri e publicada na coletânea acima mencionada (Eckart, 2013, p. 325-332).

O conceito de "intermediário", proposto pela historiadora Alida Metcalf (2019), permite refletir tanto sobre a posição de Eckart como missionário e produtor de textos sobre a natureza amazônica setecentista quanto sobre os indígenas, pouco reconhecidos como detentores dos conhecimentos registrados, mas interlocutores fundamentais do religioso alemão. Os indígenas podem ser compreendidos como intermediários "transacionais", isto é, mediadores culturais que viabilizavam interações entre universos distintos – neste caso, o indígena-xamânico e o europeu-barroco –, fornecendo direta ou indiretamente informações ao missionário. Eckart, por sua vez, além de intermediário transacional, atuava como intermediário "representacional", ao produzir, a partir de suas experiências em vários aldeamentos, representações textuais da realidade histórica, da natureza tropical e dos povos indígenas, particularmente de seus saberes e práticas medicinais. Os aldeamentos em que viveu, entre 1753 e 1757, constituíam espaços de intensa "mediação cultural", nos quais missionários e indígenas negociavam constantemente sentidos e vivenciavam múltiplas fricções, conforme a formulação da antropóloga Paula Montero (2006).

[3] Thomas Horst e Wellington Bernardelli Silva Filho (2021) publicaram um primeiro estudo específico sobre as contribuições de Eckart à História Natural e à Etnografia, dando aos escritos do padre uma dimensão global.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira aborda a trajetória missionária de Eckart e sua produção escrita. A segunda examina seus registros sobre práticas medicinais indígenas baseadas no uso de espécies vegetais amazônicas. A terceira analisa os usos terapêuticos de partes de animais, temática ainda pouco explorada pela historiografia da Amazônia colonial.

Trajetória e escritos de um jesuíta alemão na Amazônia portuguesa

A partir do século XVIII, numerosos jesuítas oriundos da Europa Central – região, em grande parte, correspondente ao Sacro Império Romano-Germânico – partiram para as missões da América colonial com a aprovação das Coroas ibéricas (HSIA, 2014, p. 56-59). Em meados de 1753, o alemão Anselm Eckart desembarcou em São Luís do Maranhão, vindo de Lisboa a bordo de um navio mercante, em companhia de outros cinco confrades centro-europeus. O envio desse grupo fora articulado pelo jesuíta austríaco Roque Hundertpfundt, que atuava na região desde o final da década de 1730 e mantinha correspondência com a rainha D. Maria Ana de Áustria, sua conterrânea. Em 1749, ao mudar-se para Lisboa como procurador da Vice-Província do Maranhão, quando D. João V já se encontrava gravemente enfermo, Hundertpfundt solicitou à rainha apoio para convencer o superior geral da Companhia de Jesus, Franz Retz, a enviar mais religiosos centro-europeus à Amazônia. Na época, a maioria dos integrantes da "Assistência Germânica" da ordem era destinada às missões asiáticas ou às áreas coloniais da América espanhola. Hundertpfundt pretendia assegurar ao menos doze missionários para a região amazônica sob domínio português. A rainha acolheu o pedido e intercedeu junto ao superior-geral da Companhia de Jesus, viabilizando a chegada dos padres Lourenço Kaulen e Antonio Meisterburg à Amazônia portuguesa, em 1750. Três anos depois, outros seis religiosos, recrutados em colégios jesuíticos da Europa Central, reuniram-se em Lisboa e partiram para o Maranhão, onde desembarcaram em julho. Posteriormente, foram distribuídos por diferentes missões do Maranhão e do Grão-Pará (Arenz; Prudente, 2017, p. 950-963).

Nascido em Mainz, às margens do rio Reno, em 1721, Anselm Eckart ingressou na Companhia de Jesus em 1740. Após o noviciado, estudou filosofia e exerceu funções docentes como professor auxiliar de retórica e gramática. Concluiu sua formação teológica em 1752 e, conforme mencionado anteriormente, partiu de Lisboa, no ano seguinte, rumo à Amazônia portuguesa. Após desembarcar em São Luís, seguiu para Belém, onde permaneceu por algum tempo no Colégio de Santo Alexandre. Foi então enviado à missão de Piraguiri, no rio Xingu, onde passou cerca de seis meses aprendendo a Língua Geral Amazônica[4]. Depois deste estágio de imersão linguística, atuou, até 1757, nas missões de Abacaxis e Trocano, ambas situadas no rio Madeira, e na de Caeté, no caminho entre Belém e São Luís. Em novembro daquele ano, foi deportado para Portugal com outros jesuítas, sob acusações de desobediência às leis régias e envolvimento em atividades de espionagem. No reino, foi submetido a sucessivos regimes de confinamento: inicialmente, na residência jesuítica de São Félix; depois, em uma prisão pública em Almeida; e, por fim, no forte de São Julião da Barra, onde permaneceu entre 1762 e 1777 (Leite, 1949, p. 205-207; Meier; Aymoré, 2005, p. 247-254).

Com a abertura dos cárceres após a queda do Marquês de Pombal, o padre Eckart retornou à Alemanha e estabeleceu contato com o erudito editor protestante Christoph von Murr. Este

4 Língua Geral Amazônica designa a *língua franca* de matriz tupi-guarani, amplamente falada no norte do Brasil atual até fins do século XIX.

publicou suas memórias missionárias em periódico próprio e, em 1778, editou um estudo gramatical em latim sobre a língua tupi (ROSA, 1994, p. 181-189). Em 1785, publicou também os *Aditamentos*, que reúnem comentários críticos e corretivos sobre a natureza amazônica e as sociedades indígenas, elaborados em diálogo com dois textos: as observações do intelectual Christian Leiste à *Descrição das Terras do Brasil*, escrita em 1634 pelo navegador lisboeta Pedro Cadena de Vilhasanti (século XVII), e a *Sexta Contribuição para a História e a Literatura*, do filósofo e dramaturgo alemão Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781). Von Murr incumbiu Eckart de revisar essas obras devido à sua experiência missionária na Amazônia (Feder, 1945, p. 113 -125). Apesar do caráter fragmentário e da limitada coesão interna, os *Aditamentos* permaneceram por longo tempo pouco explorados como fonte para a história amazônica, recebendo maior atenção recentemente, sobretudo após sua tradução e publicação em português (Porro, 2011, p. 575-592).

Além dos *Aditamentos* e dos "Papeis do P. Ancelmo Eschard", o linguista Wolf Dietrich atribuiu a Eckart a autoria de um dicionário português-Língua Geral, manuscrito anônimo intitulado "Vocabulário da Lingoa Brazil", conservado na Biblioteca Nacional de Portugal (Dietrich, 2024, p. 258-285). Tanto os "Papeis" quanto o "Vocabulario" contêm informações naturalistas e etnográficas. Essa diversidade documental demonstra que, embora tenha permanecido menos de cinco anos nas missões amazônicas, Eckart reuniu conhecimentos expressivos sobre a natureza, as populações indígenas, a realidade sociopolítica da década de 1750 e a Língua Geral Amazônica, pela qual demonstrava particular interesse. O jesuíta alemão faleceu em 1809, no Império Russo, para onde se transferira em razão da supressão da Companhia de Jesus, decretada pelo papa Clemente XIV em 1773, onde exerceu clandestinamente a função de mestre de noviços. Seus escritos contêm informações relevantes sobre a Amazônia portuguesa setecentista, mas ainda demandam análises historiográficas mais sistemáticas.

Sua leitura adquire especial relevância quando situada no contexto da segunda metade do século XVIII, período em que ganharam circulação europeia teses degeneracionistas acerca da natureza americana e de seus habitantes originários. Entre as formulações mais influentes encontram-se as de Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), e Cornelius de Pauw (1739-1799), no contexto da chamada "polêmica do Novo Mundo" (Gerbi, 1996, p. 19-76). Os escritos de Eckart, contudo, não se inserem diretamente nessas controvérsias: sem aludir a uma suposta inferioridade ou decadência "americana", apresentam a natureza amazônica como dinâmica, vigorosa e complexa. Suas descrições de plantas e animais destacam, entre outros aspectos, as possibilidades terapêuticas desses recursos, configurando uma espécie de "farmácia a céu aberto".

Por isso, examinam-se, a seguir, os registros de Eckart sobre os conhecimentos medicinais nativos, reunidos tanto por meio da interlocução com indígenas quanto da observação, direta ou indireta, de suas práticas curativas. O missionário raramente lhes atribui explicitamente a autoria dos saberes registrados. Ainda assim, as descrições dos usos terapêuticos de plantas e animais pressupõem o contato com interlocutores originários ou a observação de suas práticas. Embora não reconhecidas formalmente, as vozes indígenas podem ser identificadas nas entrelinhas de seus escritos.

Uma farmácia vegetal na Amazônia colonial

As descrições de Anselm Eckart sobre plantas amazônicas e seus usos curativos integram uma longa tradição jesuítica de escrita naturalista, botânica e médico-terapêutica na América

colonial portuguesa e castelhana. Segundo Daniela Calainho, diante da escassez de médicos e medicamentos no Brasil, os jesuítas constituíram, desde o século XVI, "uma grande âncora da saúde na colônia", prestando cuidados terapêuticos e identificando, descrevendo e sistematizando plantas medicinais em seus registros sobre a natureza tropical (Calainho, 2005, p. 64).

Na América espanhola, os jesuítas também produziram textos de História Natural em interlocução com indígenas, descrevendo espécies e registrando receitas nativas. Ao estudar a produção científica jesuítica nas missões do Paraguai e do Rio da Prata, Miguel de Asúa demonstra a existência de intercâmbios entre a medicina europeia e os conhecimentos indígenas. Sua análise da *Materia Medica Misionera*, obra composta em 1710 pelo jesuíta espanhol Pedro Montenegro, evidencia a incorporação de saberes indígenas sobre plantas medicinais, inclusive com a mediação de um informante guarani chamado Clemente (Asúa, 2016, p. 171-190).

Nas terras hispano-americanas, jesuítas originários da Europa Central também elaboraram textos botânicos em estreita interlocução com indígenas, privilegiando espécies comestíveis e medicinais (Křížová, 2019, p. 40). A caridade por meio de cuidados terapêuticos era recorrente entre os religiosos, sobretudo durante as frequentes epidemias. Diante das dificuldades de importação de medicamentos europeus, recorriam a plantas e outros recursos disponíveis localmente, tanto nos domínios portugueses quanto nos castelhanos (Calainho, 2005, p. 66; Křížová, 2019, p. 47). Os colégios americanos, dotados de boticas e enfermarias, eram espaços privilegiados de produção de conhecimentos naturalistas e de assistência médica. Conforme Heloisa Gesteira, essa assistência também possuía dimensão política, pois "permitiu à Companhia de Jesus receber favores e privilégios do monarca em terras americanas", além de integrar as estratégias de conversão dos povos indígenas (Gesteira, 2004, p. 76-77).

Na Amazônia dos séculos XVII e XVIII, epidemias recorrentes de varíola e sarampo dizimavam colonos, mas, sobretudo, indígenas aldeados, afetando o trabalho e a economia e suscitando preocupações com a defesa regional (Chambouleyron *et al*., 2011, p. 987-1004). Nesse contexto, plantas medicinais provavelmente desempenhavam papel importante no alívio de febres, cefaleias, dores, lesões cutâneas e inchaços. A floresta também impunha riscos decorrentes de ataques de animais de médio e grande porte, como jacarés e onças, e de animais peçonhentos, especialmente serpentes, reforçando a importância dos conhecimentos indígenas para tratar ferimentos e envenenamentos.

Quando Eckart chegou ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1753, haviam transcorrido cerca de cinco anos desde a última grande epidemia de sarampo. Seus efeitos ainda eram perceptíveis: ao chegar ao Xingu, o jesuíta anotou nos *Papeis* (s.d.): "*Mortui in epidemia* [Mortos na epidemia] 1748 Piraguiri 287 contey". Entre 1748 e 1750, a mortalidade, a carestia e a drástica redução da mão de obra nativa afetaram profundamente as dinâmicas demográficas e econômicas regionais. As fontes coevas contabilizam mais de 16 mil vítimas, em sua maioria indígenas (Vieira Junior; Martins, 2015, p. 293-311). A redução populacional nos aldeamentos obrigava os missionários a buscar novos grupos para recompor as comunidades dizimadas. Esse contexto ajuda a compreender o interesse de Eckart em aprender e registrar espécies vegetais medicinais e seus modos de utilização pelos indígenas.

Nos *Aditamentos*, o jesuíta alemão relaciona árvores e plantas empregadas contra febres e dores, registrando seus nomes indígenas. Para combater a febre, sintoma comum à varíola e ao sarampo, indica uma erva denominada "Piraricú" (Eckart, 2013, p. 94), provavelmente o "pirarucu-caá" (*Bryophyllum pinnatum*), planta amazônica reconhecida por usos medicinais, sobretudo

no tratamento de inflamações e úlceras. Eckart, contudo, menciona apenas sua propriedade antitérmica.

Na lista medicinal – traduzida por Abner Chiquieiri – que integra o conjunto de manuscritos confiscados pelas autoridades, são mencionadas ainda duas árvores cujas cascas seriam empregadas no tratamento de doenças febris, frequentes nas regiões tropicais: a "ybyrá ceé, ou casca doce, casca doce contra as febres" e a "Butüá, casca amargosa, contra as mesmas doenças, se triturada juntamente com a casca doce" (ECKART, 2013, p. 329). "Ybyra ceé" designa a *Pradosia huberi*, conhecida regionalmente como casca-doce. Já a "butüá", embora classificada pelo missionário como árvore, é uma trepadeira cujas raízes e casca possuem usos medicinais. Hoje, é conhecida como "abutuá" (*Chondrodendron platiphyllum*).

Nesse contexto, Eckart registra ainda uma receita indígena à base de pimenta. Na "língua da terra", isto é, a Língua Geral de matriz tupi, as pimentas eram chamadas "Kyynha" (Eckart, 2013, p. 89). Misturada à aguardente, a pimenta seria eficaz contra febres fortes. O missionário descreve o tratamento:

> Contra o ataque de uma febre forte e perigosa dava-se lhes uma boa porção de aguardente misturada com pimenta. Depois de tomado o remédio eram embrulhados num cobertor e deitados em suas redes e ali ficavam até suarem fortemente por todo o corpo. Esse era um tratamento comum e muito bom (Eckart, 2013, p. 118).

Eckart afirma que os indígenas "usavam em geral os medicamentos que lhes eram dados pelo padre, que anualmente mandava vir uma pequena farmácia para a missão", mas também recorriam a remédios tradicionais longe da vigilância missionária (ECKART, 2013, p. 118). A observação sugere a persistência das práticas curativas indígenas, mesmo quando os enfermos recebiam medicamentos europeus. Além da pimenta, utilizava-se aguardente "com puxarí [puxiri] ou outras ervas do país, como butua etc." (Eckart, 2013, p. 118).

O "puxiri" (*Licaria puchirymajor*) é uma semente aromática ainda conhecida e utilizada por comunidades indígenas e ribeirinhas amazônicas. Eckart descreve suas dimensões e propriedades terapêuticas:

> Alguns se aproximam das azeitonas, outros são maiores e alguns (raros, porém) são do tamanho de meio dedo. Dentro da casca sempre se encontram dois, como nos grãos de café. O Puxirí é um remédio e tem, como se sabe, um sabor aromático. É um excelente remédio contra a disenteria vermelha (Eckart, 2013, p. 94).

Empregado contra a disenteria hemorrágica, potencialmente fatal, o puxiri poderia constituir um recurso decisivo nas missões, onde o acesso a outros tratamentos era limitado. Em sua lista, Eckart distingue duas variedades: o "Puscharíúçú", a semente maior, que "é remédio aqui contra dores de estômago e várias doenças", e o "Puscharí mirí", a menor, que "supera o fruto maior [puxariuçu] por sua virtude medicinal" (Eckart, 2013, p. 330). Recomenda também mastigar alguns grãos pela manhã e observa que certos indígenas misturavam puxiri pulverizado ao tabaco, conferindo-lhe sabor e aroma intensos (Eckart, 2013, p. 94).

Em casos de dores estomacais, sobretudo quando acompanhadas de cefaleia, os indígenas recorriam ao guaraná (*Paullinia cupana*). Segundo Eckart, o "fruto e semente do arbusto Guaraná" eram empregados "contra dores de cabeça, quando provêm de indisposição do estômago", sendo consumidos em pequenos pedaços ou moídos (E*ckart*, 2013, p. 330). Outra opção era a

semente do cumaru (*Dipteryx odorata*), à qual Eckart atribuía "a força terapêutica para curar, ou pelo menos atenuar, a dor de cabeça" (Eckart, 2013, p. 93). A receita consistia em moer a semente, misturá-la com leite humano e aplicar a preparação nos ouvidos do enfermo (ECKART, 2013, p. 93). O registro detalhado sugere o acesso a informações fornecidas por interlocutores indígenas, evidenciando a dependência da produção de conhecimentos naturalistas jesuíticos em relação aos saberes ancestrais mobilizados nos aldeamentos.

Eckart descreve ainda outras aplicações terapêuticas. A casca da "Embeyba" (embaúba), árvore do gênero *Cecropia*, era espremida para extrair um sumo utilizado "para fazer emplastros para curar fraturas da perna e outros danos do corpo" (Eckart, 2013, p. 93). Para feridas causadas por animais que produzem e inoculam veneno, indica o "Tajá", provavelmente o tajá-de-cobra (*Dracontium asperum*), empregado para "cura[r] feridas provocadas por animais peçonhentos" (Eckart, 2013, p. 94).

O pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), árvore da família Lauraceae que pode atingir de 20 a 30 metros, também aparece na lista medicinal de Eckart. Conhecida no período colonial como "cravo-do-Maranhão", essa espécie – hoje ameaçada de extinção – era abundante nas margens de rios como Xingu, Tapajós e Tocantins, pelo menos até o final do século XVIII. Devido ao aroma, sua casca foi equiparada pelos portugueses ao cravo-da-Índia (*Syzygium aromaticum*), embora se trate de espécies distintas (Moro; Fausto, 2024, p. 500-504). Desde o século XVII, após a perda de parte das feitorias asiáticas para os holandeses, a Coroa portuguesa promoveu a prospecção de produtos americanos capazes de substituir especiarias orientais de elevado valor comercial. A casca do cravo maranhense figurou entre esses substitutos, sendo valorizada na exportação (Cardoso, 2015, p. 118-122). No extrativismo das "drogas do sertão", expedições de canoas organizadas por autoridades e moradores percorriam os rios em busca de cravo, cacau e outras especiarias, utilizando indígenas como remadores e coletores e dependendo de seus conhecimentos para localizar e beneficiar os produtos (Santos, 2023, p. 348-349).

Aproveitava-se apenas a casca do pau-cravo, que podia ser extraída "fina" ou "grossa". Seus usos incluíam o preparo de condimentos, perfumes e corantes, além de aplicações medicinais do bálsamo (Moro; Fausto, 2024, p. 512-515). Eckart registra suas propriedades tintureiras e terapêuticas: "1. Caryophyllum, Cravo; útil para tingir panos com a cor púrpura. 2. O óleo obtido da mesma casca serve para aliviar as dores de dente", moléstia comum (Eckart, 2013, p. 328). Os usos medicinais do pau-cravo e de outras "drogas do sertão" ultrapassaram as fronteiras amazônicas, sendo registrados em tratados botânicos e farmacopeias europeus dos séculos XVII e XVIII, frequentemente com receituários específicos. As referências ao cravo-do-Maranhão nessas obras enfatizavam sobretudo suas propriedades fortificantes (Arenz, 2023, p. 321-332).

Outro problema recorrente no ambiente da floresta tropical era a presença de parasitas, que afetavam tanto o bem-estar quanto a saúde dos habitantes. Eckart descreve, nesse contexto, uma pulga denominada "Tombúra", correspondente ao bicho-de-pé (*Tunga penetrans*), que penetra na pele, sobretudo na região dos pés, onde se aloja e deposita seus ovos, provocando dor e intensa coceira. A descrição evidencia como o contato cotidiano com o ambiente amazônico também implicava a exposição a pequenos organismos capazes de causar desconforto e problemas físicos, exigindo o desenvolvimento de práticas de prevenção e tratamento. O jesuíta observou que alguns indígenas retiravam o parasita com uma pequena faca pontiaguda e preenchiam a cavidade com tabaco, favorecendo a cicatrização:

Os jovens americanos sabem como tirar, com grande habilidade, com a ponta de uma pequena faca, esta pulga que fica com seus ovos numa pequena bola revestida de uma pele branca. Enche-se em seguida o buraco com tabaco e em poucos dias a ferida está curada (Eckart, 2013, p. 105).

O tabaco (*Nicotiana tabacum*), planta originária das Américas, era utilizado não apenas para fumar, mas também para fins terapêuticos e rituais. Na Amazônia portuguesa da segunda metade do século XVII, a Coroa incentivou o cultivo em larga escala, embora a qualidade inferior e a baixa produção no Pará e no Maranhão, em comparação com as de outras conquistas portuguesas, limitassem sua aceitação no mercado europeu (Chambouleyron, 2010, p. 148-151). Em âmbito local, porém, o tabaco mantinha usos diversos entre os indígenas, que ultrapassavam o consumo fumígeno.

Animais amazônicos que curam

Embora cronistas coloniais e historiadores tenham privilegiado as propriedades medicinais das plantas, os animais também desempenhavam funções terapêuticas nas sociedades indígenas. Essa prática deve ser compreendida à luz de cosmologias nativas que, diferentemente da concepção ocidental, fundada na separação entre humanidade e animalidade, reconhecem os animais como outros-que-humanos, dotados de formas próprias de existência e inseridos em relações sociais e simbólicas com os humanos, inclusive no âmbito da cura (Silva *et al.*, 2025). A diversidade amazônica de mamíferos, anfíbios, peixes e insetos fornecia recursos tanto alimentares quanto medicinais. Nos registros de Eckart, sobressaem sobretudo os usos terapêuticos de origem animal no tratamento de febres e envenenamentos, associados à ingestão de plantas tóxicas ou a ataques de animais peçonhentos.

Entre os tratamentos contra a febre, além das plantas mencionadas, aparece um mamífero aquático atualmente ameaçado de extinção: o peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*). Nos *Aditamentos*, Eckart registra que os falantes de tupi o denominavam “Igoaragóa” e aproveitavam sua carne, considerada delicada, na alimentação, “assada, frita ou defumada”, e em práticas curativas. O animal era capturado com anzóis específicos, conforme observação do missionário na aldeia de Abacaxis, no vale do rio Madeira, indicando técnicas locais de pesca adaptadas à ecologia da espécie (Eckart, 2013, p. 103).

A carne e a gordura do peixe-boi eram aproveitadas por indígenas e portugueses. A primeira constituía fonte de proteína; a segunda servia para calafetar embarcações e iluminar espaços públicos e privados, à semelhança da “manteiga” de tartaruga (Fiori; Santos, 2015). Os ossos auriculares desse mamífero aquático também eram empregados para fins terapêuticos. Eckart observa que “em ambas as orelhas, ele tem um pequeno osso comprido, que é medicinal” e afirma que, pulverizado, poderia “curar a febre” (Eckart, 2013, p. 103). Na lista medicinal, especifica ainda sua indicação “contra disenteria e várias doenças” (Eckart, 2013, p. 332). A descrição sugere que esse conhecimento lhe foi transmitido por interlocutores indígenas nas aldeias onde atuava.

Eckart também menciona o uso do “caranguejo” contra febres, sem identificar a espécie, embora indique sua ocorrência no litoral maranhense (Eckart, 2013, p. 332). Em 1756, ao se dirigir à aldeia costeira de Caeté, sua última missão antes da deportação, registrou a abundância desses crustáceos no litoral entre o Pará e o Maranhão, onde eram consumidos tanto por indígenas

quanto por europeus. Na Língua Geral, o crustáceo era denominado "uçá" (Eckart, 2013, p. 84). O caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), comum nos manguezais amazônicos, continua importante para a economia regional. Segundo o jesuíta, a carapaça endurecida pelo calor "usa-se contra febres" (Eckart, 2013, p. 332), embora não esclareça o modo de aplicação. É possível que fosse triturada, como os ossos auriculares do peixe-boi.

Outro foco de interesse eram os recursos animais empregados contra toxinas. Entre os riscos mais graves da vida amazônica estavam os ataques de animais peçonhentos, especialmente serpentes. Ao descrever os perigos da região, Eckart afirma que "Tigres [onças], cobras e crocodilos [jacarés] são os três principais inimigos que, nestas paragens, se temem dada a sua fúria e crueldade" (Eckart, 2013, p. 98). Segundo o missionário, havia muitas espécies de serpentes, das quais seis possuem picada mortal: "Jararáca, Boipéba, çurucucú, Bóicoaitára, ybyjára, Piririón" (Eckart, 2013, p. 102). Para ilustrar a gravidade dos acidentes, relata ter visto, em uma fazenda no Pará, um menino picado por uma cobra enquanto procurava algo no capim. Sua mão e seu braço logo incharam e escureceram, e "Pedaços inteiros de carne tiveram de ser imediatamente cortados para salvar-lhe a vida" (Eckart, 2013, p. 102).

A amputação das áreas atingidas era uma medida extrema, mas podia ser necessária diante da progressão da gangrena. Havia, contudo, outras práticas de proteção e tratamento. Eckart registra que as pernas de um sapo, chamado "Mocotó", "teriam um poder maravilhoso de proteger contra veneno quando usadas junto ao corpo" (Eckart, 2013, p. 102). Embora não seja possível identificar com segurança a espécie, a descrição sugere um uso profilático, à maneira de um amuleto, e não a ingestão ou aplicação direta do anfíbio.

Os dentes de jacaré, da família dos *Alligatoridae*, também eram empregados contra venenos, embora Eckart não especifique o modo de uso nem a espécie (Eckart, 2013, p. 328). Neste contexto, o padre João Daniel (1722-1776), missionário português na região entre 1741 e 1757, oferece informações complementares na sua obra *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Segundo ele, um antídoto cuja eficácia "a experiência tem mostrado mui eficaz contra o veneno das cobras, é o dente do jacaré; mas não qualquer dente, mas os da espécie chamada jacarecuruba" (Daniel, 2004, p. 258). O uso desses dentes como amuletos junto ao corpo garantiria proteção. Após uma picada, recomendava-se raspar parte do dente e administrar o pó ao enfermo, aplicando-se também o próprio objeto sobre a região afetada (Daniel, 2004, p. 258). Os relatos convergem quanto ao emprego dos dentes de jacaré, evidenciando práticas que articulavam finalidades curativas e protetoras. O mesmo artefato podia ser utilizado no tratamento de feridas ou como recurso apotropaico contra o perigo.

Para tratar feridas envenenadas, Eckart registra também o uso de um "osso de boi queimado". Aplicado sobre a lesão, o objeto "extrai todo o veneno; o mesmo osso, depois de mergulhado no leite, deixa aí mesmo o veneno" (Eckart, 2013, p. 328). João Daniel descreve prática semelhante, recorrendo a "uma ponta de veado, alguns dizem que basta de boi, ou das suas canelas, queimadas, e feitas como carvão", capaz de atrair o veneno quando colocada sobre a parte afetada (Daniel, 2004, p. 259). Segundo o missionário, o osso também teria a capacidade de "chupar" o veneno, que seria posteriormente liberado ao mergulhar o objeto no leite, permitindo sua reutilização em outro procedimento curativo (Daniel, 2004, p. 259).

Outra espécie com propriedades antidotais era uma ave denominada "Caitäú" por Eckart. O cauintau (cauintã) ou anhuma (*Anhima cornuta*), ave de grande porte nativa das terras baixas do norte da América do Sul, foi comparada pelo jesuíta ao "galo índico [peru]". Na junção das asas,

possui um osso semelhante a uma espora que, "moído, serve contra veneno" (Eckart, 2013, p. 329). João Daniel também descreveu as propriedades da ave, cuja testa apresentaria

> [...] uma ponta, como unicórnio, redonda, e do tamanho de pau de dentes, e dele se servem naquela terra alguns, em lugar de palitos pelo préstimo de ser contraveneno. Também nos cotos, ou encontros das asas têm duas do mesmo feitio, e com a mesma virtude, e eficácia, que a ponta do unicórnio de ser contraveneno (Daniel, 2004, p. 155).

A convergência entre os relatos dos dois missionários reforça a importância desses conhecimentos indígenas na identificação e no aproveitamento de recursos de origem animal para enfrentar os riscos do ambiente amazônico. Essas práticas revelam não apenas a observação atenta das propriedades atribuídas aos animais, mas também a transmissão de saberes empíricos sobre suas aplicações terapêuticas, incorporados às estratégias de prevenção e tratamento de doenças e envenenamentos. Embora mediados pela escrita missionária, tais registros permitem entrever a relevância desses conhecimentos para a sobrevivência cotidiana e a adaptação às condições ecológicas da região.

A lista medicinal de Eckart inclui ainda animais utilizados contra outros problemas de saúde. A unha da anta (*Tapirus terrestris*), "triturada e presa ao braço, é um remédio contra a doença articular" (Eckart, 2013, p. 328). Já uma resina denominada "canarýcyca", expelida pelo anuro chamado "Canarú", atualmente grafado "canuaru" (*Trachycephalus resinifictrix*), produziria, quando aquecida, uma fumaça empregada para aliviar cefaleias e odontalgias. O jesuíta afirma que o animal, quando "grita até cansar", "vomita essa resina" (Eckart, 2013, p. 330). O canuaru habita cavidades de árvores, sobretudo de espécies do gênero *Protium*, ricas em resina, e sua secreção possui usos terapêuticos registrados também em comunidades ribeirinhas contemporâneas. Estudos etnofarmacológicos indicam sua utilização para aliviar dores de cabeça na Amazônia até o tempo presente, evidenciando a continuidade desse saber indígena (Rodrigues *et al.*, 2012, p. 806-808).

Considerações finais

Os textos do padre Anselm Eckart, apesar de seu caráter fragmentário, permitem apreender tanto as representações construídas por esse jesuíta alemão acerca da natureza e dos indígenas da região amazônica, em meados do século XVIII, quanto – por meio de uma leitura a contrapelo – identificar as vozes e os saberes dos indígenas, mesmo que o missionário não lhes conceda reconhecimento formal explícito. Contudo, o conjunto de usos medicinais de plantas e animais amazônicos só pode ter sido registrado pelo jesuíta a partir de sua interação com interlocutores nativos ou da observação direta de suas práticas terapêuticas no contexto dos aldeamentos amazônicos.

Como intermediário representacional, Anselm Eckart registrou os saberes curativos indígenas com um duplo objetivo. O primeiro consistia, certamente, em compreender aprofundadamente as especificidades culturais e os universos sociossimbólicos dos indivíduos a serem evangelizados, o que implicava registrar seus costumes e práticas, entre os quais se destacavam as terapias curativas e os rituais xamânicos, embora a fronteira entre ambas as esferas fosse muito tênue, quando não inexistente em determinadas situações. O segundo intento era apropriar-se de conhecimentos que, na visão utilitarista jesuítica – e ocidental –, podiam ser fundamentais

para tratar problemas de saúde em meio ao ambiente tropical, em um contexto colonial marcado pela escassez de medicamentos provenientes da Europa.

Ainda que não fosse seu objetivo, o missionário acabou por registrar as vozes indígenas que lhe possibilitaram o acesso a receitas ancestrais destinadas à cura de diferentes condições médicas, desde as mais simples – como a infestação por um parasita da pele, como no caso da pulga Tomburá – até quadros graves de febre alta, potencialmente associados a diferentes causas, entre elas infecções como varíola e sarampo, tratados com plantas e animais, ou situações de ataques de cobras peçonhentas. Isso demonstra a dependência dos europeus em relação aos saberes indígenas para sobreviver em meio às florestas e várzeas amazônicas, onde animais considerados perigosos e surtos epidêmicos constituíam ameaças reais e potencialmente fatais no cotidiano colonial. Também evidencia um processo de apropriação não consentida dos conhecimentos indígenas em um contexto de consolidação das ciências na Europa, especialmente da História Natural. A construção de uma ciência jesuítica nos aldeamentos foi pautada nesse processo de apropriação, mantendo, no entanto, no anonimato tantos homens e mulheres indígenas detentores desses conhecimentos ancestrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENZ, Karl Heinz. Das florestas amazônicas às farmacopeias europeias: as drogas do sertão em tratados médico-botânicos dos séculos XVII e XVIII. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). **As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-UL), 2023, p. 319-346.

ARENZ, Karl Heinz; PRUDENTE, Gabriel de Cássio Pinheiro. Os padres "tapuitinga": a atuação de jesuítas alemães na Amazônia pombalina (1750-1757). *In*: **Anais Eletrônicos do VI Encontro Internacional de História Colonial**: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades**.** Salvador: EDUNEB, 2017, p. 950-963.

ARENZ, Karl Heinz; SILVA, Diogo Costa. "**Levar a luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentilidade"**: fundação e consolidação da Missão Jesuítica na Amazônia Portuguesa. Belém: Editora Açaí, 2012.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos brasis**: a natureza vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Annablume, 2000.

ASÚA, Miguel de. Ciencia en la arcadia desvanecida. Conocimiento de la naturaleza en las misiones jesuíticas del Paraguay y el Río de la Plata. **Investigaciones y Ensayos**, Buenos Aires, n. 63, p. 171-190, jul./dez. 2016.

BASTOS, Abguar **A pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva**: estudo na região amazônica. Brasília/São Paulo: Editora Nacional/INL, 1987.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. **Tempo**, Niterói, v. 10, n. 19, p. 61-75, 2005.

CARDOSO, Alírio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio Atlântico no final da Monarquia Hispânica. **Tempo**, Niterói, v. 21, n. 37, p. 116 -133, 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Maranhão (Estado). In: SERRÃO, José Vicente Serrão; MOTTA, Márcia; MIRANDA, Susana Münch (orgs.). **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (CEHC-IUL), 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí / Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael *et al.* "Formidável contágio": epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 987-1004, out./dez. 2011.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1. Rio de Janeiro/Belém: Contraponto/Prefeitura Municipal de Belém, 2004.

DIETRICH, Wolf. O "Vocabulario da Lingua Brazil" de Anselm Eckart (por volta de 1757-1759). **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 16, p. 258-285, 2024.

ECKART, Anselm. Lista de objetos, produtos usados como matéria médica e outros. Manuscrito confiscado ao Pe. Anselm Eckart. Transcrição diplomática e tradução de Abner Chiquieiri. *In*: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 325-332.

ECKART, Anselmo. Aditamentos do Senhor Pe. Anselm Eckart, Ex-pregador da Companhia de Jesus na Capitania do Pará no Brasil, à "Descrição das Terras do Brasil" de Pedro Cudena e às "Notas à Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura, dos Tesouros da Biblioteca Ducal de Wolfenbüttel, Braunschweig, 1781, gr. 8º" do Senhor Reitor Christian Leiste. Tradução de Thekla Hartmann. *In*: PAPAVERO, Nelson & PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 54-120.

ECKART, Anselmo. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga/São Paulo: Livraria A. I./Loyola, 1987.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.

FEDER, Ernesto. Uma viagem desconhecida pelo Brasil: Lessing, Pedro Cadena e os jesuítas. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano V, n. 49, p. 113-125.

FIORI, Marlon Marcel; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. **A carne, a gordura e os ovos**: colonização, caça e pesca na Amazônia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

GERBI, Antonello. **O novo mundo: história de uma polêmica**: 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A cura do corpo e a conversão da alma – conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 71-95, jan.-jun. 2004.

HORST, Thomas; SILVA FILHO, Wellington Bernardelli. O “global player” Anselm Eckart SJ (1721-1809) e sua contribuição à História Natural e Etnografia da Amazônia no século XVIII. *In*: HENDRICH, Yvonne; HORST, Thomas; POHLE, Jürgen (orgs.). **Beiträge zur Geschichte der deutsch-portugiesischen Beziehungen**: Transkontinentale Kontakte und kultureller Austausch (15.-19. Jahrhundert) / **Para uma História das relações luso-alemãs**: Contactos transcontinentais e intercâmbio cultural (séculos XV-XIX). Berlim: Peter Lang Internationaler Verlag der Wissenschaften, 2021, p. 181-215.

HSIA, Ronnie Po-Chia. Jesuit Foreign Missions. A Historiographical Essay. **Journal of Jesuit Studies**, Chestnut Hill, v. 1, n. 1, p. 47-65, 2014.

KŘÍŽOVÁ, Markéta. Botánica en las misiones jesuíticas de América española y el pacífico y las contribuiciones de jesuítas centroeuropeos, siglos XVII y XVIII. **Ibero-Americana Pragensia**, Praga, ano XLVII, n. 1, p. 33-58, 2019.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Rio de Janeiro/Lisboa: Instituto Nacional do Livro/Livraria Portugália, 1949.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIER, Johannes; AYMORÉ, Fernando Amado. **Jesuiten aus Zentraleuropa in Portugiesisch- und Spanisch-Amerika**: ein bio-bibliographisches Handbuch**.** Vol. 1 (Brasilien, 1618-1760**)**. Münster: Aschendorff Verlag, 2005.

METCALF, Alida C. **Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil**: 1500-1600. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia:** missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-66.

MORO, Nathália; SANTOS, Christian Fausto. O aroma desejado por toda a Europa: exploração, comércio e extinção do pau-cravo amazônico (Dicypellium caryophyllaceum) a partir do século XVIII. **Revista Antíteses**, Londrina, v. 17, n. 33, p. 494-527, jan./jul. 2024.

PAPEIS do P. Ancelmo Eschard. Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Papéis Pombalinos, [1753-1754]. S/d., m. 59, n. 4 (fólios avulsos).

PORRO, Antonio. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 3, p. 575-592, set.-dez. 2011.

RODRIGUES. Eliana, **et al**. The mystery of the ‘re-sin-of-canuaru’: A medicine used by caboclos river-dwellers of the Amazon, Amazonas, Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, Amsterdã, v. 144, n. 3, p. 806-808, 2012.

ROSA, Maria Carlota. Um exemplário de descrição pedagógica no século XVIII: o Specimen Linguae Brasilicae Vulgaris e a tradição jesuítica de segunda língua. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 181-189, 1994.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e os seus usos”: indígenas e as drogas do sertão na Amazônia portuguesa no século XVIII (1750-1800). In: CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). **As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-UL), 2023, p. 347-374.

SILVA, Sergio Baptista da**,** *et al.* Territorialidades negras e indígenas sob o ponto de vista dos estudos sobre relações entre humanos e outros-que-humanos. **Horizontes Antropológicos** [online], n. 71, 2025.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano**: religião, política, guerras e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: ed.ufpa, 2012.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de Bárbaros**: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII). Manaus: Editora Valer, 2009.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; MARTINS, Roberta Sauaia. Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1750). **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 293-311, mai./ago. 2015.